

**Discurso vice-ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil,  
Fernanda Machiaveli**

Bom dia,

Cumprimento a todas e todos em nome da Ms. Helena Dalli, European Commissioner for Equality, da Dr. Jyotsna Puri, Associate Vice-President, Strategy and Knowledge Department, IFAD, e do Ms. Luz Haro Guanga, Executive Secretary, Network of Rural Women of Latin America and the Caribbean and Principal Member of Network of Municipalities for Gender Equality, Ecuador, que compõem essa mesa.

Gostaria de parabenizar os envolvidos no processo de construção das Diretrizes Voluntárias sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Sabemos que o documento que endossamos hoje é fruto de um longo processo de diálogo que se iniciou quando ainda sentíamos os duros impactos da pandemia de Covid 19.

O término das negociações somente foi possível pelo envolvimento direto e ativo de várias delegações e da incansável participação do mecanismo da sociedade civil e dos povos indígenas. Não posso deixar de destacar o brilhante papel da representante da República Dominicana, Berioska Morrison. Também quero ressaltar a contribuição fundamental da diplomata brasileira Lara Lobo, que muito bem representou nosso País nas negociações, sob a liderança da Embaixadora Carla Barroso.

O acordo ao qual chegamos pode ter sido menos ambicioso do que muitos de nós gostaríamos. Ainda assim, apresenta importantes diretrizes para a agenda de igualdade de gênero. O documento que temos em nossa frente reconhece, por exemplo, a existência de “formas múltiplas e interseccionais de discriminação”, a necessidade de “acesso a serviços de saúde essenciais, inclusive o acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Constitui, desse modo, relevante marco normativo internacional, o qual pode contribuir para o empoderamento de mulheres e meninas ao favorecer o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e a outros direitos humanos desse grupo social.

Como Vice-Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no Brasil, sabemos que os desafios são muitos. As mulheres rurais são responsáveis por 45% (dado da FAO) da produção de alimentos no Brasil e em países em desenvolvimento, percentual que segue crescendo.

Mas, apesar disso, em todo o mundo, são elas que têm mais probabilidade de enfrentar situações de insegurança alimentar. Ainda enfrentam uma carga dupla de trabalho no campo e em casa, ganham menos, têm menos acesso a máquinas agrícolas e tecnologia e sofrem discriminação no acesso e no controle dos recursos naturais, como a terra.

Diante disso, o Brasil endossa as diretrizes sobre igualdade de gênero, ao mesmo tempo, em que prioriza as mulheres do campo, das águas e das florestas rurais na retomada das políticas públicas para a agricultura familiar.

O Brasil tem hoje um abrangente programa de financiamento da produção e um amplo programa de microcrédito com taxas de juros reduzidas para as mulheres do campo. Este ano, também, estabelecemos uma oferta de assistência técnica específica para mulheres com foco na agroecologia e criamos um programa de fomento para estruturar a produção agrícola das mulheres, o que chamamos de quintais produtivos. Retomamos ainda um programa que facilita o acesso das mulheres a pequenos maquinários adaptados às suas necessidades.

O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, completou 20 anos. Trata-se de uma das estratégias brasileiras mais revolucionárias para combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar. Compramos dos pequenos produtores e doamos às pessoas que estão em insegurança alimentar. E neste processo, priorizamos as compras de associações e cooperativas formadas por mulheres, que já representam 70% dos beneficiários.

As políticas de acesso à terra no Brasil também levam em conta a dimensão de gênero. Ao retomar com força o Programa Nacional de Reforma Agrária, demos prioridade às famílias chefiadas por mulheres. Não é possível superar a fome sem garantir o acesso à terra e enfrentar a concentração fundiária. Tampouco faremos isso sem promover a transição agroecológica, impulsionar a produção da sociobioeconomia e uma agricultura regenerativa.

É importante mencionar que no Brasil as mulheres rurais lideram um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Mais de cem mil mulheres rurais marcharam na capital brasileira, em agosto deste ano, pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver. As organizações de mulheres da Marcha das Margaridas e da Via Campesina participaram do processo de elaboração das diretrizes que endossamos hoje.

Senhoras e senhores, o Brasil assumirá a presidência do G20 em dezembro deste ano. Em discurso na Assembleia Geral da ONU, o presidente Lula reafirmou ao mundo que o combate às desigualdades e à fome são prioridades. O governo brasileiro não medirá esforços pela construção de um pacto global pela segurança alimentar e nutricional. Temos a convicção de que, para além do envolvimento dos governos, isso somente será possível com a participação ativa da sociedade civil e com o fortalecimento de espaços como o CSA.

A fome é uma questão política. A transformação dos sistemas agroalimentares virá pela liderança, voz e pelo trabalho das mulheres ao redor do mundo. Vamos juntas construir sistemas agroalimentares mais sustentáveis, saudáveis e inclusivos e garantir a segurança alimentar e nutricional para os nossos povos. Faremos isso enfrentando também as desigualdades no acesso à terra, de gênero e com respeito à diversidade. Não podemos falhar!

Muito obrigada!

